

Praticar a etnografia no Ceará “descobrimdo o Brasil” nos anos noventa: ensaio de memória reflexiva

Agnès Clerc-Renaud

Université de Strasbourg, França

agnes.clerc-renaud@misha.fr

Em um belo texto publicado pela primeira vez em 1980, Marlyse Meyer, uma brasileira, filha de imigrantes franceses oriundos da região da Alsácia, aonde hoje vive e ensina a Antropologia Social e Cultural na sua capital, Estrasburgo, constata “um eterno retorno: as descobertas do Brasil”. O texto questiona como este tema recorrente da literatura influenciou o imaginário cultural das camadas sociais letradas e cultas brasileiras, desde as crônicas portuguesas do “descobrimento” até as “descobertas” da primeira geração de antropólogos, passando pelos “redescobrimtos do Brasil” dos anos 1930-1940.

Meu encontro com o Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará participa da minha própria “descoberta do Brasil” e das minhas primeiras pesquisas, que são indissociáveis.

Gostaria então de aproveitar da honra de participar deste número comemorativo do aniversário do curso para fazer um exercício de memória reflexiva sobre o quanto minha formação deve à instituição e

como esta contribuiu a orientar e instruir minha trajetória científica.¹ “Proponho-me — escreve Marlyse Meyer — rastrear algumas de suas ocorrências no fluir do tempo, enfatizar o que e quem se descobre; interrogar-me sobre os efeitos destas descobertas.” (M. Meyer, [1980] 1993, p. 19).

Guardando todas as proporções, são os rastros dessas ocorrências decisivas, dos encontros com os professores, pesquisadores e alunos em Ciências Sociais da UFC — pois as instituições são também (primeiramente?) mulheres e homens — que contribuíram a fabricar a antropóloga que sou hoje e que pretendo examinar a seguir. Farei isso dialogando com um artigo² sobre a construção dos saberes antropológicos contemporâneos e suas trajetórias históricas no Brasil, no qual Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues, ambas pesquisadoras do Curso de Ciências Sociais da UFC, questionam “[...] a especificidade do conhecimento etnográfico que foi produzido no passado e que é produzido hoje no Brasil [...]”³ (Gonçalves e Rodrigues, 2007, p. 100).

As autoras observam que durante os anos 1980 e 1990:

Os antropólogos dos países que detém uma posição dominante na construção do pensamento antropológico (Estados-Unidos, Inglaterra, França) em torno do qual gira a produção, os diálogos e debates realizados por outras antropologias, constatam que o antropólogo não se confronta mais com membros de culturas isoladas ou semi-isoladas, mas com cidadãos de nações do Terceiro Mundo, que estão se relacionando, por caminhos culturais e políticos complexos,

1. Agradeço a Claudia Girola para sua leitura crítica de uma versão anterior deste texto e a Sarah Maillieux pela revisão do português. Fico naturalmente responsável dos limites e falhas do artigo.

2. Quando tenho que satisfazer a curiosidade dos estudantes de Estrasburgo sobre a produção da Antropologia brasileira e sua história, recomendo a leitura deste artigo, um dos poucos propondo uma síntese sobre o tema em Francês. Agradeço a Lea Rodrigues pelo presente.

3. As traduções das citações oriundas de textos em francês ou inglês da bibliografia são minhas.

com a nação de origem do antropólogo.⁴ (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 100-101).

De fato, este tipo de observação reforçou no passado minha vontade de debruçar-me sobre o “encontro” turístico e suas implicações sociais e culturais em Jericoacoara, delineando lá meu primeiro campo de pesquisa. No entanto, dentro da multiplicidade dos caminhos culturais e políticos, no âmbito deste artigo limitar-me-ei a situar apenas alguns marcos universitários.

No decorrer desta análise reflexiva, tentarei uma espécie de “objetivação participante” (BOURDIEU, 2003), situando estes encontros no contexto acadêmico que prevalecia no momento em que ocorreram, principalmente nos anos 1990. Para tal, evocarei várias das atividades efetuadas pelos antropólogos no processo de produção de conhecimentos: a prática da observação participante, elaboração dos dados e divulgação dos resultados. Abordarei em seguida a escolha do trabalho de campo da minha tese de doutorado, a relação com os interlocutores que encontrei no trabalho de campo, e finalmente aqueles que encontrei para dialogar sobre o trabalho de campo.

Itinerários, viradas, complexidades

Foi mais precisamente na virada dos anos 1980 e 1990 que encontrei pela primeira vez os professores⁵ do Curso de Ciências Sociais da

4. “Les anthropologues des pays qui détiennent une position dominante dans la construction de la pensée anthropologique (États-Unis, Angleterre, France), autour de laquelle gravitent la production, les dialogues et les débats entrepris par d’autres anthropologies, constatent que l’anthropologue ne se confronte plus aux membres des cultures isolées ou semi-isolées, mais aux citoyens de nations du tiers-monde qui sont en relation, par des chemins culturels et politiques complexes, avec la nation dont est originaire l’anthropologue.” (Gonçalves et Rodrigues, 2007: 100-101)

5. Parece-me que ocorreu no final dos anos 1980 ou no começo dos anos 1990. Que César Barreira, Irllys Barreira e Ismael Pordeus perdoem-me de não lembrar

UFC na Universidade Lyon 2 através de conferências dadas nas aulas de François Laplantine, que dirigia o Departamento de Etnologia aonde eu estudava. Dentre os “cidadãos de nações do terceiro mundo” em relação com a antropóloga em formação que eu era, achavam-se outros atores. Entre meus colegas de graduação e pós-graduação constava Domingos Sávio Abreu, futuro professor do Curso de Ciências Sociais da UFC, a quem devo minha volta aos estudos. Pois foi ele quem me explicou os mistérios das equivalências entre as disciplinas de Ciências Sociais e do Curso de Filosofia que eu tinha abandonado anos atrás.

Meu retorno aos estudos, numa idade na qual a norma francesa da época (que não mudou, ou pouco mudou) queria que eu tivesse concluído o curso, me transformou em uma aluna atípica, numa atitude bastante defensiva ou talvez hiper crítica em relação ao saber emitido na universidade, num período no qual a universidade francesa passava por um processo de massificação. De antemão, eu tinha tido a oportunidade de “descobrir o Brasil”, viajando no país várias vezes durante a década de 1980. Jovem francesa oriunda das camadas médias urbanas, eu tinha me chocado pela miséria, até então desconhecida para mim, e que era visível nos numerosos retirantes da seca de 1979-1985, cujo ápice coincidiu com minha primeira estadia em 1981. Apesar da aprendizagem da língua, começada a partir da “descoberta”, eu ainda tinha uma visão maniqueísta de uma sociedade brasileira desigual (o que obviamente era e ainda é) composta de ricos e pobres.

Neste período do fim da Ditadura, durante o qual a institucionalização das Ciências Sociais tinha permitido a ocupação do palco político pelos universitários, a minha visão de senso comum tinha dificuldades em considerar os intelectuais de outra forma que como militantes

quem foi o primeiro orador das conferências que assisti.

e — será que devo reconhecê-lo? — ainda mais no caso de intelectuais cearenses pertencendo a um dos estados mais pobres do Brasil. É desnecessário dizer que estas pré-noções excluíaam toda a complexidade social que minha aprendizagem posterior no campo e na teoria antropológica desvendariam gradativamente.

Meu vínculo institucional com o Curso de Ciências Sociais da UFC foi estabelecido em 1994, quando fui convidada por César Barreira, então diretor da pós-graduação. Passei um ano do meu doutorado como bolsista Lavoisier, um financiamento concedido pelo Ministério de Relações Internacionais francês. Eu tinha acabado de integrar um laboratório de pesquisa comparativa da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris. O projeto apresentado tinha como objetivo estudar o apadrinhamento e o compadrio com base no batismo católico, cuja vitalidade, eu tinha notado em estadias prévias em Jericoacoara. A minha intenção era de descrever as modificações e adaptações da instituição em relação ao fenômeno turístico florescendo neste momento. Dada a fraca importância da instituição do casamento, minha hipótese era de que a aliança do compadrio tendia a suplantam a aliança matrimonial ou, pelo menos, que esses dois tipos de aliança detinham uma forma de complementaridade. A proposta era de examinar tal postulado reconstituindo uma parte significativa das redes de aliança por um lado, das de compadrio por outro, nas duas últimas gerações. Além disso, comparando a área de escolha dos cônjuges e a área de escolha dos compadres, eu esperava conseguir medir a orientação dessas mudanças entre a geração contemporânea do fenômeno turístico e a geração precedente. Retrospectivamente, percebo que este projeto foi muito marcado em sua formulação pelo estruturalismo então predominante na França e explicitava a compreensão das mudanças sociais que me importavam na época.

No trabalho de campo, os milhares de obstáculos com que me deparei para finalizar um projeto tão precisamente delineado me levaram a reformular minhas questões de pesquisa numa perspectiva mais ampla e menos ambiciosa. Daniel de Coppet, que orientou minha tese até seu falecimento, me conduziu à perspectiva monográfica, pela qual terminei optando. Ele era profundamente a favor das contribuições desse exercício tanto para a Antropologia em geral, como para formação dos jovens pesquisadores em particular. De minha parte, eu estava convencida que tal abordagem — no fundo muita maussiana: “o estudo do concreto, que é do completo” (MAUSS, [1923-1924], 1985, p. 276) — relacionando vários campos do social e iluminando-os de maneira entrecruzada, me abriria à uma melhor compreensão das mudanças sociais que eu visava conhecer e restituir “de dentro”.

Percebe-se assim que nesta época, o modelo da “matriz disciplinar” que era supostamente a minha, conforme a tipologia elaborada por Cardoso de Oliveira (1988, p. 17), ou seja, aquela da “Escola francesa de sociologia, com um paradigma racionalista e uma tradição intelectual e sincrônica que abstrai o tempo do seu horizonte disciplinar” (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 102, nota 6) já era matizada por uma socialização científica plural. Tornou-se mais complexa ainda com os encontros que o Curso de Ciências Sociais da UFC favoreceu.

Tornar explícita a “comparação implícita”: no trabalho de campo

A dinâmica do trabalho de campo me conduziu a debruçar-me sobre as dimensões religiosas do catolicismo rural, cuja importância eu havia subestimado no projeto. Devida à proximidade aparente das prá-

ticas católicas brasileiras e francesas, tive que questionar as “evidências” levantadas pela familiaridade da minha experiência no assunto. Em seguida, precisei questionar o registro em que se expressava as minhas próprias categorias do chamado catolicismo popular que frequentava de longe na França como resultado da minha socialização infantil e que foi seguido de uma ruptura de distância crítica na minha adolescência. Investigar um grupo social cristão acrescentava à dificuldade inerente a qualquer trabalho de análise antropológica, exigindo do pesquisador de “desligar-se de suas categorias”. Ora, se a ordem das palavras enunciadas durante uma missa rezada segundo o ritual prescrito pelo concílio Vaticano II está idêntica nas línguas brasileira e francesa, como traduzir o hiato cultural e social encoberto pela “empresa universalizadora” da igreja católica? Tive que comparar, não somente apontando as variações, atividade cognitiva que todo antropólogo é treinado a praticar no campo, mas igualmente questionar as condições permitindo tal comparação, tornando explícitos os termos implícitos.

Superei esta dificuldade, prestando uma atenção constante aos atos, aos gestos e, sobretudo, às palavras dos meus interlocutores na expressão de sua religiosidade. De fato, era necessária uma vigilância especial para evitar as armadilhas da evidência, que consistiam na proximidade lexical do português que tem sua origem no latim. Assim, por exemplo, a palavra “alma” pode ser traduzida em francês por “âme”, mas o que é compreendido pelos antigos habitantes de Jericoacoara nesta palavra é diferente do que eu mesma, ou um outro francês, ou ainda um brasileiro de outro grupo social compreenderia espontaneamente da mesma palavra. Isto me levou a uma análise sistemática das semelhanças e diferenças entre termos, dos seus contrastes, inversões e homologias, ou seja, a uma análise estrutural.

Posteriormente, na elaboração dos dados, a atenção crítica às categorias lingüísticas dos meus interlocutores me levou a uma vigilância de outro tipo no campo da linguagem. Tratou-se de evitar o vocabulário de conotação teológica, que muitas vezes sem mesmo percebermos, permeia nossa cultura de origem e até mesmo nosso vocabulário científico. Um termo como “aliança”, por exemplo, possui uma forte carga semântica tanto no campo da Antropologia quanto no campo da teologia. Estou pensando também na expressão “parentesco espiritual” que descarto, o tanto quanto possível, a favor de “parentesco ritual”. Tornando explícitas tais implicações, consegui, creio eu, me livrar da “viscosidade conceitual” (MONNERIE, 2012, p. 34) de um “comparatismo implícito” (p. 33) que todo etnógrafo carrega consigo desde sua socialização primária.

Abrir os olhos: o teste da biblioteca

Nessa altura, o leitor terá compreendido que passei boa parte desta estadia de um ano (de outubro de 1994 até agosto de 1995) a “descobrir o Brasil” no campo, com a exceção de três circunstâncias principais. A primeira consistiu em três semanas de leituras assíduas na Biblioteca de Sociologia e Ciências Humanas (BSCH) ou, como era chamada na “Biblioteca de Letras”. Lá tive acesso aos trabalhos produzidos durante um período do qual “observa-se que, antes que a antropologia se institucionalizou no Brasil, os estudos sobre a região Norte e Nordeste eram realizados por pesquisadores destas regiões.” (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 117). Apesar do consistente viés que os estudiosos locais e folcloristas tinham de muitas vezes apresentar os trabalhos numa forma de catálogos de “esquisitices” expostos fora do contexto social e pontuados de julgamentos de va-

lores, certas descrições pormenorizadas e precisas⁶ tiveram o mérito de chamar a minha atenção sobre certas práticas as quais eu não teria reparado no trabalho de campo sem tais leituras. Estes textos, na maioria antigos, apresentavam estas práticas corriqueiras como obsoletas. No entanto, eu ainda podia as observar tanto nas pessoas que eu frequentava no trabalho de campo quanto nas pessoas que eu visitava em bairros diversos de Fortaleza (e nem sempre dos bairros ditos “populares”).

Graças as indicações de César Barreira, tive também acesso às dissertações de mestrado que ali eram arquivadas. Posteriormente, o conteúdo de qualidade de certas fotocópias, hoje amareladas, me ajudaram na fase de elaboração dos dados.

Finalmente, o tempo passado na biblioteca me familiarizou com a fértil produção das Ciências Sociais brasileira das décadas anteriores sobre o mundo rural. Dentre as revistas, havia não somente a coleção da *Revista de Ciências Sociais* produzida no Ceará, mas também constavam numerosos periódicos oriundos de universidades e centros de pesquisa de outros estados brasileiros. Ao voltar para a França, eu descobriria que (na era pré-internet) era mais fácil acessar certas publicações de outras regiões brasileiras em Paris do que em Fortaleza, o que muito me chocou. Foi assim que compreendi concretamente a dupla desigualdade que afetava o acesso ao conhecimento antropológico de nossos predecessores como de nossos contemporâneos. A primeira desigualdade consistia (e ainda consiste) na região “periférica” na qual se inscreve o Ceará *versus* as regiões centrais do Brasil. A segunda desigualdade se referia à questão de ser um país “periférico” *versus* um país “central” retomando o vocabulário vigente na

6. Estou pensando, por exemplo, em Gustavo Barroso, José Carvalho, Eduardo Campos e em certos textos da *Revista do Instituto do Ceará*.

época, antes que a noção de globalização o modifique.

Dos silêncios

No decorrer daquele ano, as duas outras circunstâncias das quais eu me distanciei da observação etnográfica foram os encontros mensais com meu tutor na universidade e uma palestra no seminário doutoral. Mais uma vez, é desnecessário dizer que a importância desses momentos só percebi bem mais tarde. O meu entusiasmo desenfreado pelo trabalho de campo e o tempo contado da minha bolsa tornavam estes momentos obrigações que eu sentia que precisava me livrar rapidamente para voltar à minha pesquisa.

Em média, uma vez por mês, César Barreira me recebia no *campus* do Benfica numa salinha simples e sem decoração sob um ventilador. Lá, munido de uma paciência incansável, meu tutor escutava, na maior parte das vezes em silêncio, a veemente torrente verbal dos meus avanços, das minhas dúvidas e hesitações, na forma de um “relatório” que eu mal conseguia estruturar, a não ser como mero relato de minha experiência etnográfica imediata.

Além disso, integrei como bolsista a primeira turma do seminário doutoral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, coordenado em conjunto pelos professores Daniel Lins e César Barreira, aonde, apesar da minha fraca assiduidade, fui convidada a apresentar meu trabalho em novembro de 1994. Nesta circunstância também, minha leitura um tanto hesitante da tradução do meu projeto de pesquisa, cuja reestruturação eu ainda estava gaguejando após um mês de trabalho de campo, foi acolhida pelo silêncio dos meus colegas de turma. Tenho hoje várias hipóteses sobre as causas deste silêncio, que me intimidou e que não consegui interpretar na hora.

De acordo com minhas anotações da época, as orientações temáticas dos doutorandos eram variadas, passando pelo estudo das vocações políticas dos radialistas locais rurais às trajetórias de reintegração dos ex-exilados políticos, ou ainda passando pela análise das políticas de assistência social dos últimos vinte anos. O silêncio teria sido porque, como observam Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues (2007, p. 120) o intuito que era meu de uma etnologia descritiva era pouco familiar a eles? Seria porque “um dos temas clássicos da antropologia, o campesinato não se apresenta(va) mais como central”? (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 120.) Seria porque, apesar do interesse e da atenção dada à Antropologia pelos professores Lins e Barreira que coordenavam o seminário, meu *habitus* de antropóloga fugia da matriz disciplinar sociológica predominante? Seria porque os códigos de compostura relativos ao meu estatuto (assimétrico) de hóspede estrangeira inibiram a fala dos outros doutorandos? Provavelmente um pouco de todos esses fatores.

Sobre terceiros, os graus de alteridade e, ainda, a comparação

Como vimos, a convivência com os professores e estudantes do curso representou, ao longo dos anos, a minha porta de entrada à abundante produção brasileira em Ciências Sociais, mas abriu também outros caminhos. Pois estou hoje convencida de que a experiência dos primeiros encontros descrita acima por mais silenciosos que fossem, me pouparam uma ladeira escorregadia na qual eu poderia ter caído como doutoranda estrangeira trabalhando naquela época numa perspectiva monográfica numa sociedade distante da de origem.

Em primeiro lugar, porque no caminho intelectual e científico que

eu começava, eles tornaram mais complexa minha “descoberta” do Brasil, que até então era bastante binária. Os *alter ego* que eram os meus colegas do curso, me evitaram de sobrestimar a alteridade que encontrava no campo, e de torná-la absoluta. No encontro etnográfico com meus interlocutores privilegiados, pescadores ou ex-pescadores de uma localidade litoral, eles me introduziram à consciência de que outros “outros” brasileiros existiam, terceiros de certa forma, induzindo assim uma complexidade feita por graus de alteridade. Assim como eu, os doutorandos cearenses eram também protagonistas das mudanças sociais que eu visava descrever e eles analisavam outros aspectos da mesma sociedade. Os silêncios dos primeiros tempos me convenceram, mais tarde, da necessidade de dialogar, criando um amplo espaço à produção das Ciências Sociais brasileiras no meu trabalho. Um diálogo que alimenta meu trabalho desde então e até hoje, neste texto inclusive.

Tão decisivos quanto os silêncios de outrora foram certos intercâmbios pontuais ou de maneira contínua forjados com colegas, informalmente em Fortaleza, Paris ou Lisboa, ou formalmente por ocasião de colóquios, congressos e publicações⁷. Penso, particularmente, em um debate empolgante em novembro de 2009 sobre a noção de “respeito”, que ocorreu no final de uma mesa redonda⁸, marcada pela crítica aguda da insubstituível Beatriz Herédia. Além da publicação de um capítulo no volume coletivo após esse evento (CLERC-RENAUD, 2012), este debate marcou uma etapa importante da minha reflexão sobre as modalidades da comparação na Antropologia que Talal Asad

7. Estou pensando em Domingos Abreu, Irllys Barreira, Lea Rodrigues e Sulamita Vieira, entre muitos outros colegas que me perdoarão por não os mencionar todos.

8. No Colóquio Internacional “França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais” organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenado por Alexandre Câmara Vale, no âmbito das manifestações do ano da França no Brasil.

chama de “modernas”:

O que é distintivo na antropologia moderna é a comparação de conceitos embutidos (representações) entre sociedades situadas em diferentes tempos ou espaços. A coisa importante nesta análise comparativa não é sua origem (ocidental ou não ocidental), mas a forma de vida que os articula, os poderes que liberam ou desabilitam.⁹ (ASAD, 2003, p. 17).

Anos depois, na hora de publicar uma parte dos resultados da minha tese (CLERC-RENAUD, 2016), a reflexão ali iniciada resultou no acréscimo de um capítulo comparativo no intuito de mostrar a diversidade das formas locais escondidas sob a enganosa designação de “catolicismo popular”.

Conclusão: a complexidade

Para concluir o presente exercício de memória reflexiva, a melhor escolha que poderia fazer é de citar Marlyse Meyer, que descreve de modo preciso a maneira pela qual a experiência etnográfica leva o pesquisador a mudar seu ponto de vista sobre sua própria sociedade pela descoberta “do outro em si mesmo” durante um processo de “deflagração da memória” (MEYER, [1980] 1993, p. 43):

Permitam-me retornar, por um instante, a este terreno de onde parti [o da “cultura popular”], para fechar esse inventário de descobrimentos [...] Revela, creio eu, outra forma de descobrimento. Um descobrimento de um outro que é si mesmo. A escuta de um ‘si’ profundo que talvez favoreça, por extensão, a melhor escuta e aproximação da-

9. “What is distinctive about modern anthropology is the comparison of embedded concepts (representations) between societies differently located in time or space. The important thing in this comparative analysis is not their origin (Western or non-Western), but the form of life that articulates them, the powers they release or disable.” (Asad, 2003: 17).

quele outro que ‘não é que nem eu’ e produz sua cultura que nem eu. E eu quem sou? [...] (MEYER, 1993, p. 43).

Quem sou eu então no campo universitário? Vista do Brasil de antigamente, a doutoranda formada na região “central” de um país ele mesmo “central” praticando a etnografia numa região “periférica” de um país ele mesmo “periférico”? Ou ainda, vista da França de hoje, a professora-pesquisadora pertencendo a uma região “periférica” em relação ao “centro” que representa Paris?

Vê-se nisto que as noções de “periferia” e “centro”, este último definido por Roberto Cardoso de Oliveira como: “aqueles países onde a antropologia enquanto disciplina científica e acadêmica havia originariamente surgido e consolidado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 144) são úteis no contexto de uma primeira aproximação para significar as relações assimétricas e desigualitárias experimentadas pelo autor nos anos 1960. No entanto, é importante não absolutizá-los e os manter numa dimensão relacional. Porém, a análise de caminhos concretos requer outras ferramentas e uma abordagem situacional para dar conta da complexidade dos processos, influências e encontros que marcam uma trajetória. Pois, vista da França, oriunda de uma região “periférica” e após ter participado durante um período ao “centro” parisiense nos anos 1990, minha contratação ulterior na Universidade de Estrasburgo operou *de facto* uma nova passagem para a “periferia”. Existem contrastes fortes entre as configurações entre o Brasil e a França a este respeito. Do lado brasileiro a clivagem se realiza em torno de um “centro” multi-focalizado em vários locais do Sudeste-Sul-Centro-Oeste *versus* a “periferia” do Norte e Nordeste; enquanto do lado francês há um hiper-centralismo parisiense *versus* vários focos regionais periféricos. Mantendo as devidas proporções, minha própria passagem de Paris a Estrasburgo me colocou em uma situ-

ação semelhante àquela experimentada por Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues, a respeito da qual observam os efeitos em sua afiliação universitária localizada:

Cursemos nossa graduação e pós-graduação na região sul-sudeste na Universidade de Campinas e atualmente desenvolvemos nossas atividades de pesquisa e ensino na Universidade Federal do Ceará, na região Nordeste do país. [...] Esse deslocamento nos permitiu entender que o que acreditávamos ser a antropologia brasileira é apenas uma percepção parcial do conhecimento que foi produzido e ainda é produzido hoje no Brasil.¹⁰ (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 124).

Do mesmo modo que a experiência no trabalho de campo para a qual o descentramento do pesquisador do seu meio de socialização inicial cria uma ruptura no tempo e no espaço, facilitando a apreensão e a análise da multiplicidade (sempre parcial) dos pontos de vista dos atores, este outro tipo de descentramento abre a possibilidade de uma reflexão sobre os locais da produção do conhecimento antropológico contemporâneo. No entanto, a coabitação e a coexistência duradoura de todos estes centros, frequentemente antagônicos em suas tentativas de assegurar certa hegemonia (sempre relativa), questionam a relevância da própria noção de “centro” para explicar a complexidade das trajetórias e dos caminhos, mesmo acadêmicos. Foi isso que me ajudou a entender esses “outros dos outros” que foram os professores e doutorandos do Curso de Ciências Sociais do UFC nos anos noventa,

10. Nous avons réalisé nos études de deuxième et troisième cycle dans la région Sud-Sudeste, à l’université de Campinas et actuellement nous développons nos activités de recherche et d’enseignement à l’Universidade federal do Ceará dans la région Nordeste du pays. [...] Ce déplacement nous a permis de comprendre que ce que nous croyions être l’anthropologie brésilienne n’est qu’une perception partielle de la connaissance qui a été produite et est encore produite aujourd’hui au Brésil. (GONÇALVES et RODRIGUES, 2007, p. 124).

período da minha “descoberta do Brasil”, participando assim da “descoberta” dos muitos “outros” que enriquecem nossos caminhos. E nesse sentido, sinto-me *também* profundamente cearense.

Referências

ASAD, Talal. 2003. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Standford: Standford University Press.

BOURDIEU, Pierre. 2003. “L’objectivation participante”, *Actes de la recherche en sciences sociales* 150, p. 43-58.

CARDOSO de OLIVEIRA. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Brasília: CNPq, 1988.

CLERC-RENAUD, Agnès. 2012. Quem tem padrinho não morre pagão: figuras de respeito e evitamento do conflito. Um estudo de caso no Ceará. In: VALE, A. F. Câmara (ed.). *França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais*. São Paulo: Annablume, p. 275-289.

CLERC-RENAUD, Agnès. *D’un monde à l’autre: fragments d’une cosmologie brésilienne*. Paris: Éditions de l’École des hautes études en sciences sociales (coll. “En temps & lieux” n° 66), 2016.

GONÇALVES, Alicia Ferreira; RODRIGUES, Lea Carvalho. 2007. Ethnographie, anthropologie et contemporanéité. Quelques questions sur le cas brésilien, *Journal des anthropologues* 110-111, p. 99-129.

MAUSS, Marcel. 1985. Essai sur le don : Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques, [1923-1924] p. 143-279, in : *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France. 482 p.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. 2a éd. São Paulo: Editora USP, 1993. 229 p.

MONNERIE, Denis. 2012. Nomination et organisation sociale: de la rencontre tardive de deux concepts anthropologiques, In: *Nomination et organisation sociale*. Paris: Armand Colin, p. 19-50.

Resumo:

O artigo diz respeito aos encontros da autora com os atores do Curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Ceará, professores e doutorandos, principalmente na década dos anos 1990, situando-os no contexto geral assimétrico das interações acadêmicas que prevalecia no momento em que ocorreram. No decorrer de uma análise reflexiva, tenta de objetivar os aportes de tais encontros, que marcaram tanto a sua formação como sua prática científica posterior. A partir da memória da experiência etnográfica da sua na tese de doutorado, cujo trabalho de campo foi levado a cabo no Ceará, evoca várias das atividades efetuadas pelos antropólogos no processo de produção de conhecimentos: a prática da observação participante, elaboração dos dados e divulgação dos resultados.

Palavras-chave: etnografia; antropologia; comparatismo; “objetivação participante”; percurso acadêmico; produção de conhecimentos.

Abstract:

The article focuses on the author’s encounter with the actors of the Social Science Course of the Federal University of Ceará, professors, and PhD students, mainly during the 1990s, placing them in the asymmetrical general context of academic interactions that prevailed when they occurred. Through a reflexive analysis, she tries to objectify the contributions of these meetings, which marked not only her training, but also her subsequent scientific practice. Starting from the memory of the ethnographic experience of his doctoral thesis, whose fieldwork was conducted in Ceará, many of the activities carried out by anthropologists in the process of knowledge production are also mentioned: the practice of participant observation, data development, and disclosure of results.

Keywords: ethnography; anthropology; participative objectification; university studies; knowledge production.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 24/02/2019.